

RTN 2022

abril

Publicado em 14/06/2022

Resultado do **Tesouro Nacional**





Resultado Primário do Governo Central

Brasil – 2021/2022 – Valores Nominais

Em abril de 2022, houve superávit primário de R\$ 28,6 bilhões, frente a superávit primário de R\$ 16,7 bilhões em abril de 2021 (valores nominais).

R\$ Milhões

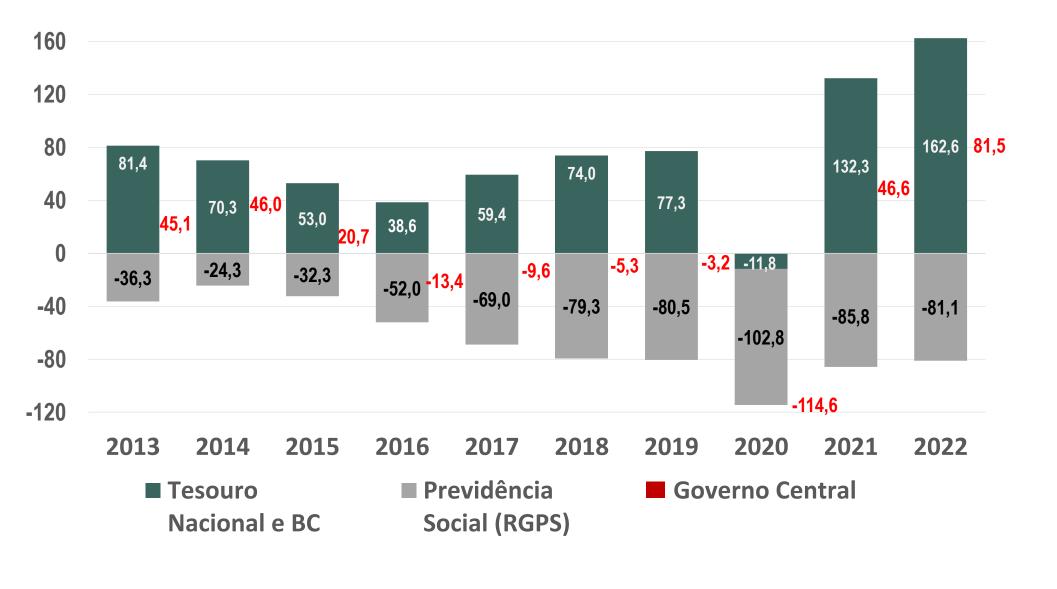
Disariasinasão	Jan-Abr		Variação (2022/2021)		Abril		Variação (2022/2021)	
Discriminação	2021	2022	% Nominal	% Real (IPCA)	2021	2022	% Nominal	% Real (IPCA)
L. RECEITA TOTAL	617.690	770.200	24,7%	12,3%	163.885	198.533	21,1%	8,0%
2. TRANSF POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	109.048	143.314	31,4%	18,4%	24.405	32.918	34,9%	20,3%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	508.643	626.886	23,2%	11,0%	139.480	165.614	18,7%	5,9%
1. DESPESA TOTAL	467.779	547.623	17,1%	5,4%	122.822	137.062	11,6%	-0,5%
5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV CENTRAL (3 - 4)	40.863	79.263	94,0%	75,1%	16.658	28.553	71,4%	52,9%
Tesouro Nacional	116.900	159.099	36,1%	22,7%	35.460	52.907	49,2%	33,1%
Banco Central	-214	-55	-74,2%	-77,5%	-101	-64	-36,7%	-43,5%
Previdência Social (RGPS)	-75.823	-79.781	5,2%	-5,4%	-18.702	-24.290	29,9%	15,8%
5. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	1,5%	2,5%	-	-	2,3%	3,4%	-	-

Possultado do Tosquiro Nacional o Panco Control 110 000 150 000 20 200 27 200 52 200 4									
Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central 116.686 159.044 36,3% 22,9% 35.360 52.843 4	esultado do Tesouro Nacional e Banco Central	116.686	159.044	36,3%	22,9%	35.360	52.843	49,4%	33,3%



Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central — Resultado acumulado no ano — Componentes Brasil — 2013/2022 — A preços de abr/22 - IPCA — R\$ Milhões



No período de janeiro a abril de 2022, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 81,1 bilhões (a preços de abr/22), enquanto o Tesouro Nacional e o Banco Central apresentaram superávit de R\$ 162,6 bilhões.



Resultado Fiscal do Governo Central

Brasil – 2013/2022 – R\$ Bilhões – A preços de abr/22 – IPCA Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses

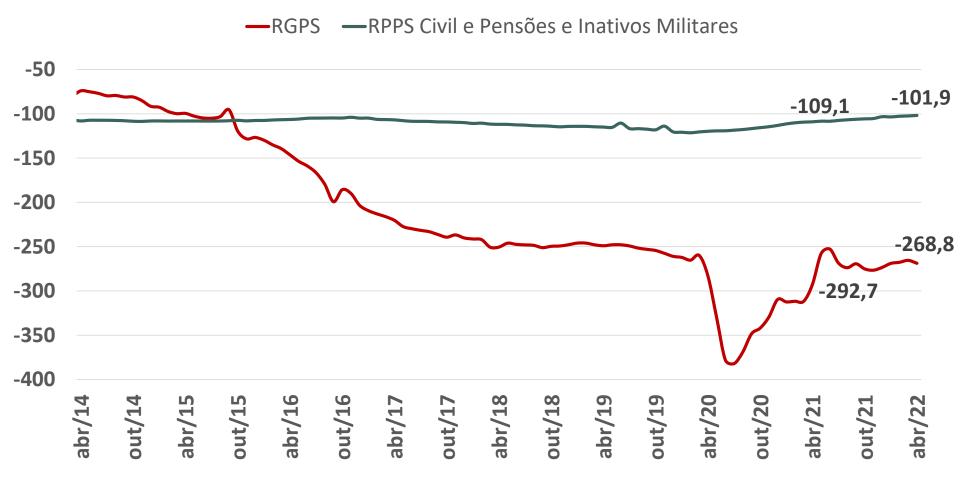


O resultado primário do Governo Central acumulado em 12 meses (até abr/22) foi de déficit de R\$ 4,6 bilhões equivalente a 0,06% do PIB.



Resultado do RGPS, RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares* Acumulado em 12 meses Brasil - 2014/2022 - R\$ Bilhões - A preços de abr/22 - IPCA



^{*} Inclui FCDF

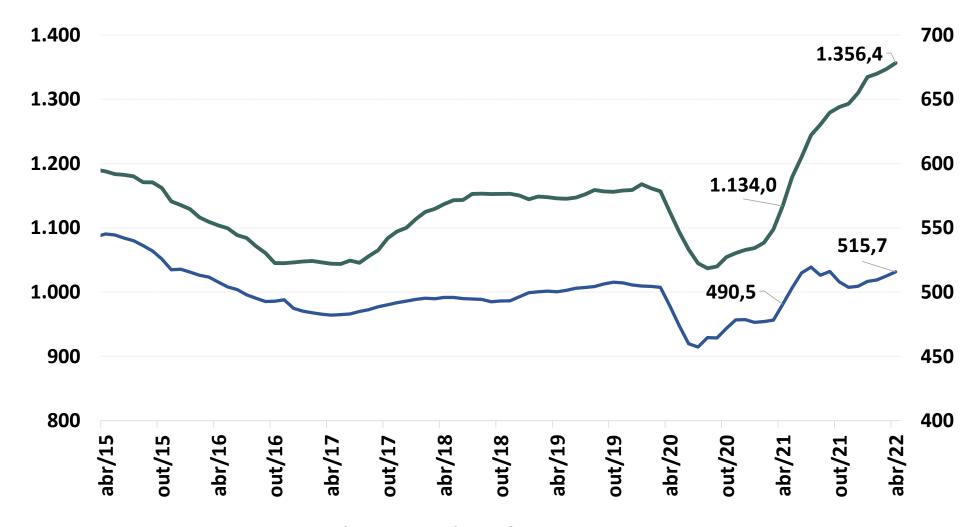
Total do déficit RGPS + RPPS Pensões/Inativos Civil Militares = R\$ 370,7 bilhões (4,6% do PIB) no Governo Central no acumulado em 12 meses até abril de 2022, a preços de abr/22 – IPCA.

A redução do déficit do RGPS entre abr/21 e abr/22, em R\$ 23,9 bi, decorre do aumento de bi dos benefícios previdenciários e da elevação de R\$ 25,3 bi da arrecadação líquida do RGPS.



Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

R\$ Bilhões - Acumulado em 12 meses - A preços de abr/22 - IPCA



- -Receita Administrada pela RFB
- —Arrecadação Líquida para o RGPS (eixo à direita)

A Receita Administrada pela RFB, acumulada em 12 meses, apresentou elevação real de 19,6% em relação a abril de 2021, enquanto a registrada variação pela arrecadação líquida para o RGPS, no mesmo período, foi de 5,2%.



Receitas Primárias do Governo Central

Resultado do Mês x Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Anual – 2021/2022 – A preços de abr/22 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Abr	il	Variação		
Dischillilação	2021	2022	Diferença	% Real (IPCA)	
RECEITA TOTAL	183.767,0	198.532,5	14.765,5	8,0%	
Receita Administrada pela RFB	111.918,0	121.383,5	9.465,5	8,5%	
Imposto de Importação	5.675,9	4.119,2	,	-27,4%	
IPI	6.906,6	4.315,7	•	-37,5%	
Imposto sobre a Renda	51.745,8	62.428,0	10.682,2	20,6%	
IOF	4.146,2	5.452,9	1.306,7	31,5%	
COFINS	24.711,2	21.766,9	•	-11,9%	
PIS/PASEP	6.499,4	6.388,0	,	-1,7%	
CSLL	11.792,7	15.461,7	•	31,1%	
CIDE Combustíveis	168,4	225,6	•	33,9%	
Outras Receitas Administradas pela RFB	271,8	1.225,5		350,9%	
Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	- 0.00/	
Arrecadação Líquida para o RGPS	39.553,0	42.782,1		8,2%	
Receitas Não Administradas pela RFB	32.296,0	34.367,0	2.071,0	6,4%	
Concessões e Permissões	572,4	1.268,6	696,2	121,6%	
Dividendos e Participações	3.915,2	750,3	-3.164,9	-80,8%	
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.529,5	1.320,7	-208,8	-13,7%	
Exploração de Recursos Naturais	16.084,9	23.101,1	7.016,2	43,6%	
Receitas Próprias e de Convênios	1.250,0	1.599,6	349,6	28,0%	
Contribuição do Salário Educação	2.059,6	2.067,5	8,0	0,4%	
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-	
Demais Receitas	6.884,4	4.259,2	-2.625,2	-38,1%	
TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	27.365,8	32.918,1	5.552,3	20,3%	
RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	156.401,2	165.614,4	9.213,2	5,9%	

Em abril de 2022, a receita total apresentou elevação de R\$ 14,8 bilhões (8%), enquanto a receita líquida apresentou elevação de R\$ 9,2 bilhões (5,9%) em termos reais frente a abril de 2021.

Essa variação decorre do efeito conjunto de:

- IPI redução de R\$ 2,6 bilhões
- Imposto sobre a Renda aumento de R\$
 10,7 bilhões
- CSLL aumento de R\$ 3,7 bilhões
- Arrecadação Líquida para o RGPS aumento de R\$ 3,2 bilhões
- Exploração de Recursos Naturais aumento de R\$ 7 bilhões

Receitas Primárias do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2021/2022 – A preços de abr/22 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Jan- <i>F</i>	\br	Variação		
Discriminação	2021	2022	Diferença	% Real (IPCA)	
RECEITA TOTAL	699.241,4	785.303,1	86.061,7	12,3%	
Receita Administrada pela RFB	455.909,1	502.651,1	46.742,0	10,3%	
Imposto de Importação	23.690,3	19.578,1	-4.112,2	-17,4%	
IPI	26.331,4	22.810,7	-3.520,7	-13,4%	
Imposto sobre a Renda	206.121,8	243.159,0	37.037,2	18,0%	
IOF	14.277,2	19.215,9	4.938,7	34,6%	
COFINS	100.396,3	90.919,0	-9.477,3	-9,4%	
PIS/PASEP	28.183,3	27.798,3	-385,1	-1,4%	
CSLL	49.225,8	68.943,6	19.717,8	40,1%	
CIDE Combustíveis	463,0	1.076,7	613,7	132,5%	
Outras Receitas Administradas pela RFB	7.220,0	9.149,8	1.929,8	26,7%	
Incentivos Fiscais	-38,1	0,0	38,1	-100,0%	
Arrecadação Líquida para o RGPS	155.429,0	166.589,9	11.160,9	7,2%	
Receitas Não Administradas pela RFB	87.941,3	116.062,1	28.120,8	32,0%	
Concessões e Permissões	1.615,9	13.853,7	12.237,8	757,3%	
Dividendos e Participações	5.943,5	5.941,3	-2,1	0,0%	
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	6.169,6	5.388,9	-780,7	-12,7%	
Exploração de Recursos Naturais	34.965,2	53.232,2	18.267,0	52,2%	
Receitas Próprias e de Convênios	5.784,8	6.623,4	838,6	14,5%	
Contribuição do Salário Educação	8.318,1	8.466,9	148,8	1,8%	
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-	
Demais Receitas	25.144,3	22.555,8	-2.588,6	-10,3%	
TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	123.464,3	146.164,6	22.700,3	18,4%	
RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	575.777,1	639.138,4	63.361,4	11,0%	

No acumulado jan-abr/2022, a receita total apresentou elevação de R\$ 86,1 bilhões (12,3%), enquanto a receita líquida apresentou elevação de R\$ 63,4 bilhões (11%) em termos reais frente ao acumulado jan-abr/2021.

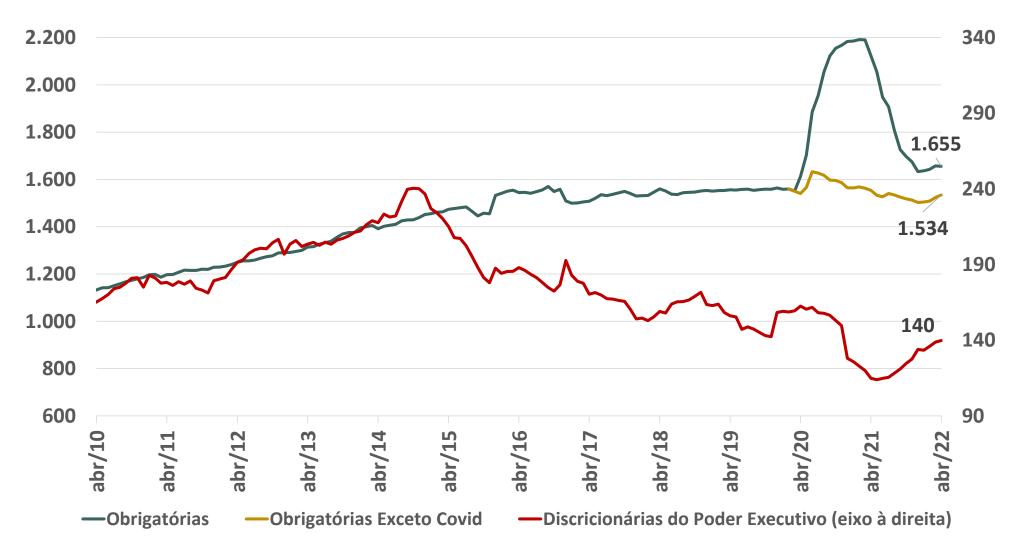
Essa variação decorre do efeito conjunto de:

- Imposto sobre a Renda aumento de R\$ 37 bilhões
- CSLL aumento de R\$ 19,7 bilhões
- Arrecadação Líquida para o RGPS aumento de R\$ 11,2 bilhões
- Exploração de Recursos Naturais aumento de R\$ 18,3 bilhões



Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central* - Acumulado 12 meses - 2010/2022 — R\$ Bilhões — A preços de abr/22 - IPCA



^{*} Desconsidera a capitalização da Petrobrás realizada em setembro de 2010 e o pagamento à Petrobrás referente à cessão onerosa de novembro de 2019.

Importante destacar que as despesas referentes às políticas de combate à COVID-19 serão classificadas majoritariamente obrigatórias. Essa como classificação decorre do fato de que as despesas executadas via crédito extraordinário, mesmo discricionárias, acabam aue ganhando status de despesa obrigatória, haja vista seu caráter emergencial.

Excluídos os R\$ 120,9 bilhões de despesas em resposta à crise COVID-19, as despesas obrigatórias acumuladas em 12 meses (a preços de abr/22) apresentam trajetória estável.

Despesas Primárias do Governo Central

Resultado do Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Anual – 2021/2022 – A preços de abr/22 - IPCA – R\$ Milhões

Diagniminas	Abril		Variação		
Discriminação	2021	2022	Diferença	% Real (IPCA)	
DESPESA TOTAL	137.722,5	137.061,7	-660,8	-0,5%	
Benefícios Previdenciários	60.523,7	67.072,1	6.548,4	10,8%	
Benefícios Previdenciários - Urbano	48.125,7	51.407,5	3.281,8	6,8%	
Benefícios Previdenciários - Rural	12.398,0	15.664,6	3.266,6	26,3%	
Pessoal e Encargos Sociais	27.814,9	25.477,8	-2.337,2	-8,4%	
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	173,7	228,6	54,9	31,6%	
Outras Despesas Obrigatórias	28.968,6	17.649,8	-11.318,9	-39,1%	
Abono e Seguro Desemprego	2.994,0	3.093,8	99,8	3,3%	
Apoio Financeiro a Estados e Municípios	0,0	0,0	0,0	-	
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	6.201,6	6.372,2	170,6	2,8%	
Créditos Extraordinários	13.271,0	556,5	-12.714,4	-95,8%	
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.748,9	1.554,3	-194,6	-11,1%	
Fundeb - Complementação da União	2.008,1	3.103,1	1.095,0	54,5%	
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	971,3	1.162,0	190,7	19,6%	
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	372,6	332,3	-40,3	-10,8%	
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	275,0	424,1	149,1	54,2%	
Subsídios, Subvenções e Proagro	375,4	499,0	123,6	32,9%	
Impacto Primário do FIES	332,1	138,7	-193,4	-58,2%	
Demais	418,6	413,6	-4,9	-1,2%	
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.	20.415,3	26.862,1	6.446,8	31,6%	
Obrigatórias com Controle de Fluxo	12.616,8	18.048,7	5.432,0	43,1%	
Discricionárias	7.798,5	8.813,4	1.014,9	13,0%	
Memorando:					
Custeio Administrativo	4.141,3	4.068,5	-72,8	-1,8%	
Investimento	2.977,0	2.592,2	-384,8	-12,9%	

Em abril de 2022, contra mesmo mês de 2021, a despesa total apresentou redução de R\$ 660,8 milhões (-0,5%) em termos reais. As principais variações foram:

- Benefícios Previdenciários aumento de R\$ 6,5 bilhões
- Créditos Extraordinários redução de R\$ 12,7 bilhões
- Obrigatórias com Controle de Fluxo - aumento de R\$ 5,4 bilhões

Despesas Primárias do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2021/2022 – A preços de abr/22 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Jan-	Abr	Variação		
Discriminação	2021	2022	Diferença	% Real (IPCA)	
DESPESA TOTAL	529.215,8	557.608,2	28.392,4	5,4%	
Benefícios Previdenciários	241.216,8	247.703,6	6.486,8	2,7%	
Benefícios Previdenciários - Urbano	191.679,5	194.854,9	3.175,4	1,7%	
Benefícios Previdenciários - Rural	49.537,3	52.848,8	3.311,4	6,7%	
Pessoal e Encargos Sociais	114.918,2	105.531,8	-9.386,3	-8,2%	
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	666,8	727,4	60,6	9,1%	
Outras Despesas Obrigatórias	97.828,5	103.325,9	5.497,4	5,6%	
Abono e Seguro Desemprego	25.768,4	36.918,8	11.150,4	43,3%	
Apoio Financeiro a Estados e Municípios	0,0	0,0	0,0	-	
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	25.045,2	25.399,6	354,4	1,4%	
Créditos Extraordinários	22.464,0	11.826,9	-10.637,1	-47,4%	
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	3.416,0	3.135,3	-280,6	-8,2%	
Fundeb - Complementação da União	8.280,6	11.833,0	3.552,5	42,9%	
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	3.374,6	3.824,2	449,6	13,3%	
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	2.495,3	1.354,2	-1.141,1	-45,7%	
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	923,5	1.020,1	96,6	10,5%	
Subsídios, Subvenções e Proagro	2.915,0	5.647,2	2.732,1	93,7%	
Impacto Primário do FIES	1.607,4	774,2	-833,2	-51,8%	
Demais	1.538,5	1.592,3	53,8	3,5%	
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.	75.252,3	101.046,9	25.794,6	34,3%	
Obrigatórias com Controle de Fluxo	51.811,6	71.737,4	19.925,8	38,5%	
Discricionárias	23.440,7	29.309,4	5.868,8	25,0%	
Memorando:					
Custeio Administrativo	13.174,5	13.524,0	349,5	2,7%	
Investimento	6.650,7	10.506,8	3.856,1	58,0%	

No acumulado jan-abr/2022, a despesa total apresentou elevação de R\$ 28,4 bilhões (5,4%) em termos reais frente ao acumulado jan-abr/2021. As principais variações foram:

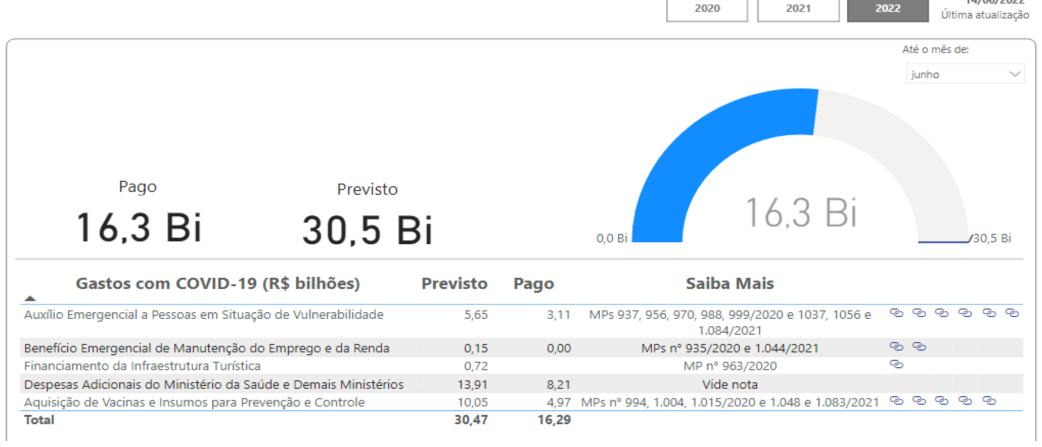
- Benefícios Previdenciários aumento de R\$ 6,5 bilhões
- Pessoal e Encargos Sociais redução de R\$ 9,4 bilhões
- Abono e Seguro Desemprego aumento de R\$ 11,2 bilhões
- Créditos Extraordinários redução de R\$ 10,6 bilhões
- Obrigatórias com Controle de Fluxo aumento de R\$ 19,9 bilhões



Despesas do Governo Central Relacionadas ao combate ao COVID-19¹

Brasil – 2022 – valores nominais – R\$ Milhões

Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19



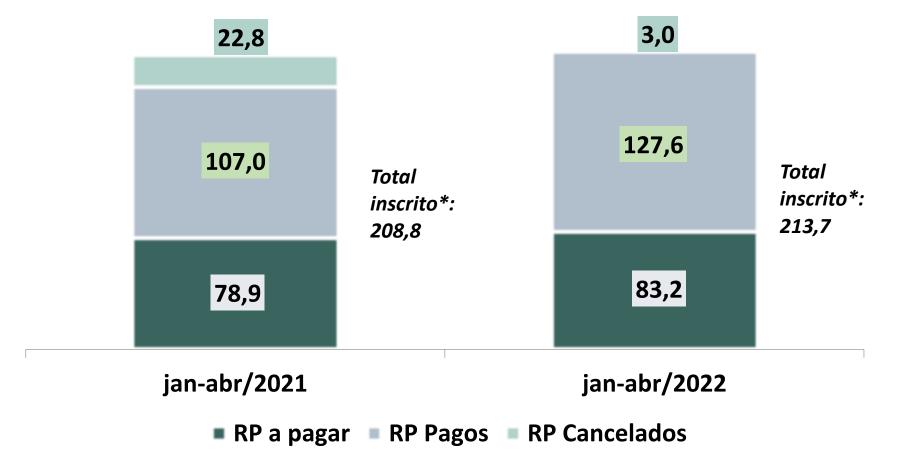
1. Para detalhamento ver: https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19 e https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=tru e&sheet=SH06

Da previsão de R\$ 30,5 bilhões de gastos para o enfrentamento ao COVID-19 em 2022, foram pagos R\$ 16,3 bilhões.



Despesas do Governo Central Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2021/2022 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



^{*} Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para informações adicionais ver: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/2022/114

O montante de restos a pagar (RAP) pagos (excetuados os RAP financeiros) até abril de 2022 correspondeu a R\$ 127,6 bilhões, contra R\$ 107 bilhões no mesmo período do ano anterior.

Os cancelamentos até abril de 2022 totalizaram R\$ 3 bilhões frente a R\$ 22,8 bilhões no mesmo período de 2021.



Acompanhamento do novo Regime Fiscal

Brasil – 2022 – R\$ Milhões – Preços Correntes

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão

Discriminação	Acum. 2022	Limite atualizado	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	521.780	1.680.993	31,0%
II.1 Poder Executivo	501.447	1.608.277	31,2%
II.2 Poder Legislativo	3.858	14.510	26,6%
II.2.1 Câmara dos Deputados	1.866	6.970	26,8%
II.2.2 Senado Federal	1.360	5.130	26,5%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	633	2.410	26,2%
II.3 Poder Judiciário¹	14.191	49.947	28,4%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	208	745	28,0%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	466	1.752	26,6%
II.3.3 Justiça Federal	3.647	12.926	28,2%
II.3.4 Justiça Militar da União	172	630	27,3%
II.3.5 Justiça Eleitoral	2.414	8.518	28,3%
II.3.6 Justiça do Trabalho	6.290	22.035	28,5%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	943	3.113	30,3%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	52	228	22,9%
II.4. Defensoria Pública da União	175	632	27,7%
II.5 Ministério Público da União	2.109	7.626	27,7%
II.5.1 Ministério Público da União²	2.085	7.529	27,7%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público ²	24	97	24,6%

^{1.} Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

Em abril de 2022, as despesas sujeitas ao teto totalizaram 31% do limite atualizado conforme estabelecido pela EC nº 95/2016.

^{2.} Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020.



Acompanhamento do novo Regime Fiscal

Brasil - 2022 - R\$ Milhões - Preços Correntes

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão

	Jan-	Abr	Variação	Margem de	
Discriminação	2021	2022	Nominal %	Enquadramento (PLOA)	
II. DESPESAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	437.953	521.780	19,1%	15,2%	
II.1 Poder Executivo	418.120	501.447	19,9%	15,1%	
II.2 Poder Legislativo	3.725	3.858	3,6%	23,9%	
II.2.1 Câmara dos Deputados	1.798	1.866	3,8%	26,6%	
II.2.2 Senado Federal	1.300	1.360	4,6%	21,5%	
II.2.3 Tribunal de Contas da União	627	633	0,9%	21,6%	
II.3 Poder Judiciário ¹	13.817	14.191	2,7%	16,2%	
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	200	208	4,1%	20,4%	
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	477	466	-2,3%	21,5%	
II.3.3 Justiça Federal	3.630	3.647	0,5%	15,8%	
II.3.4 Justiça Militar da União	164	172	4,9%	18,3%	
II.3.5 Justiça Eleitoral	2.308	2.414	4,6%	18,1%	
II.3.6 Justiça do Trabalho	6.065	6.290	3,7%	15,9%	
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	926	943	1,8%	14,3%	
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	47	52	11,6%	-14,0%	
II.4. Defensoria Pública da União	181	175	-3,4%	25,1%	
II.5 Ministério Público da União	2.110	2.109	0,0%	12,5%	
II.5.1 Ministério Público da União ²	2.086	2.085	0,0%	12,5%	
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público ²	24	24	0,9%	13,5%	

^{1.} Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

A margem de enquadramento é o percentual de crescimento nominal em 2022, na comparação com a despesa paga em 2021, das despesas sujeitas ao teto que cada poder/órgão pode apresentar para cumprir o limite da EC 95.

Em outras palavras, é o quanto a despesa de cada poder/órgão pode crescer de 2021 para 2022 sem que se ultrapasse o teto (base de 2016 atualizada pela inflação).

^{2.} Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020.



Regra de Ouro - Art. 167 da Constituição Federal



Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$)

	No Mês	No Ano	12 Meses
Despesas de Capital	174,24 Bi	648,10 Bi	1.679,86 Bi
Receitas Consideradas	170,99 Bi	653,92 Bi	1.720,02 Bi
(+) Receitas de Operações de Crédito	131,04 Bi	487,48 Bi	1.711,90 Bi
(-) Variação do colchão da Dívida	-39,95 Bi	-166,44 Bi	-40,70 Bi
(-) Ressalva da EC 109/2021	0	0	33 Bi
Resultado	3,25 Bi	-5,81 Bi	-40,16 Bi



Regra de Ouro - Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)

2008 a 2022: Acumulado em 12 meses — R\$ Bilhões — A preços correntes

Suficiência da Regra de Ouro

Representação da base móvel para o cumprimento da Regra de Ouro nos últimos 12 meses em relação ao mês de referência



No acumulado em 12 meses até abril/2022, a diferença entre as despesas de capital e as receitas de operação de crédito foi negativa em R\$ 40,16 bilhões.

O cumprimento da Regra de Ouro é verificado em bases anuais no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.



Regra de Ouro - Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro 2022 – R\$ Bilhões – A preços correntes

	Projeção 2022
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (I = a - b)	1.689,3
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	1.732,6
(-) Variação da Sub-conta da Dívida (b)	43,3
Despesas de Capital (II)‡	1.705,0
Investimentos†	44,6
Inversões Financeiras†	65,9
Amortizações	1.594,5
Margem da Regra de Ouro (III = II - I)	15,7

[‡] As Despesas de Capital são consideradas pela sua execução orçamentária, que corresponde às despesas liquidadas no exercício ou inscritas em restos a pagar não processados. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais onde, por exemplo, as despesas podem ser apresentadas por seus valores pagos.

As projeções para a margem da Regra de Ouro em 2022 apontam uma pequena suficiência, ou seja, indicam que as operações de crédito não excederão o montante das despesas de capital em 2022.

Essa projeção factível pela possibilidade de utilização de fontes com superávit financeiro de 2021, como o resultado do Banco Central, além de fontes com previsão de ingresso em 2022, como o retorno de empréstimos do BNDES.

É necessário manter os esforços para a consolidação fiscal, pois a regra de ouro seguirá como desafio para este e para os próximos anos.

[†] A linha Investimentos corresponde à classificação orçamentária do Grupo Natureza de Despesa (GND) = 4, e a de Inversões Financeiras corresponde ao GND = 5. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais, onde parte das Inversões Financeiras, particularmente àquelas que afetam o resultado primário, são classificadas como Investimentos.



Obrigado

ascom@tesouro.gov.br



Maiores e Menores Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores correntes e a preços de abril/2022 (IPCA)



	Primário	o Nominal	Acumu	lado Ano	Acumu	lado 12 m		Primário	Real (IPCA)	Acum /	Ano (IPCA)	Acum 1	.2m (IPCA)
1 º	abr/22	28.552,7	abr/22	79.262,5	abr/12	95.153,7	1 º	abr/08	38.276,0	abr/08	110.460,5	abr/11	188.331,7
2º	abr/08	16.720,7	abr/08	47.907,2	abr/11	94.329,2	2 º	abr/06	36.370,8	abr/12	82.109,6	abr/12	179.274,4
3º	abr/21	16.657,8	abr/12	44.243,3	abr/14	74.456,6	3º	abr/10	33.961,6	abr/22	81.530,2	abr/08	169.295,1
4º	abr/10	16.480,6	abr/11	40.980,6	abr/08	72.542,4	4 º	abr/07	33.892,3	abr/11	80.144,0	abr/05	146.022,7
5º	abr/14	16.157,9	abr/21	40.863,1	abr/13	66.454,9	5º	abr/05	32.944,3	abr/07	79.757,9	abr/06	132.736,8
6º	abr/11	15.491,4	abr/07	33.015,2	abr/05	54.621,4	6º	abr/11	29.972,0	abr/05	77.589,1	abr/07	127.169,5
7 º	abr/06	14.685,5	abr/05	29.679,4	abr/06	52.632,1	7º	abr/22	28.552,7	abr/03	74.292,7	abr/03	126.079,4
8₀	abr/07	14.095,1	abr/06	29.638,3	abr/07	52.125,2	8₀	abr/03	28.510,5	abr/06	73.604,5	abr/14	124.301,1
9º	abr/05	12.713,0	abr/14	28.007,6	abr/10	44.454,6	9º	abr/14	26.279,6	abr/04	68.787,8	abr/13	117.847,5
10º	abr/17	12.315,9	abr/13	25.710,1	abr/09	43.055,6	10⁰	abr/01	24.176,7	abr/02	56.605,1	abr/04	110.551,7
119	abr/12	10.840,6	abr/03	24.804,0	abr/03	40.094,8	11º	abr/09	21.759,2	abr/10	51.030,3	abr/09	95.949,5
12º	abr/09	10.031,4	abr/10	24.542,6	abr/04	38.675,4	12º	abr/04	19.963,9	abr/01	49.346,1	abr/10	93.343,7
13⁰	abr/15	9.902,3	abr/04	24.399,4	abr/02	24.810,4	13º	abr/12	19.955,4	abr/21	46.561,2	abr/01	88.621,3
14º	abr/03	9.671,7	abr/09	19.524,4	abr/01	23.287,0	14º	abr/02	19.710,5	abr/14	45.955,2	abr/00	88.527,3
15º	abr/16	8.817,0	abr/02	16.286,4	abr/00	21.725,1	15 º	abr/21	18.678,7	abr/13	45.054,6	abr/02	88.102,1
16º	abr/18	8.684,2	abr/15	13.581,2	abr/99	11.963,2	16º	abr/17	16.280,8	abr/00	43.375,7	abr/99	51.322,3
17 º	abr/04	7.128,5	abr/01	13.213,1	abr/98	3.942,8	1 7 º	abr/00	15.602,3	abr/09	42.509,7	abr/98	17.255,6
189	abr/13	6.691,8	abr/00	10.908,3	abr/22	3.331,5	18º	abr/15	14.888,7	abr/99	39.855,9	abr/22	-4.631,3
199	abr/19	6.525,7	abr/99	9.347,5	abr/15	-37.908,8	199	abr/16	12.131,3	abr/98	21.750,9	abr/15	-61.980,2
209	abr/01	6.504,4	abr/98	4.961,3	abr/19	-118.797,0	209	abr/13	11.567,1	abr/15	20.697,4	abr/19	-149.381,6
219	abr/02	5.726,2	abr/97	2.819,3	abr/18	-121.200,9	21º	abr/18	11.171,3	abr/97	12.824,2	abr/18	-159.069,2
22º	abr/00	3.937,3	abr/19	-2.762,3	abr/16	-143.819,0	22º	abr/99	10.619,4	abr/19	-3.181,6	abr/16	-206.678,7
23º	abr/99	2.509,8	abr/18	-4.186,6	abr/17	-158.787,3	23º	abr/19	7.999,4	abr/18	-5.281,2	abr/17	-213.515,4
24º	abr/98	1.787,7	abr/17	-7.247,2	abr/20	-188.159,3	24º	abr/98	7.817,2	abr/17	-9.565,3	abr/20	-226.949,7
25º	abr/97	1.524,1	abr/16	-9.735,6	abr/21	-606.534,8	25º	abr/97	6.921,2	abr/16	-13.431,0	abr/21	-724.626,6
26º	abr/20	-93.001,1	abr/20	-95.856,9			26º	abr/20	-111.332,5	abr/20	-114.593,6		